

ATA Nº 2

2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018

27 DE ABRIL DE 2018

----- Aos vinte e sete dias, do mês de abril, do ano de dois mil e dezoito, pelas dez horas e dez minutos, no Auditório da Casa das Tias de Nemésio, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na segunda sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito. -

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

----- Fábio Manuel Ávila Valadão – PS em substituição de Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Luís Miguel Vieira Leal – PS, Maria de Fátima Pimentel Alves Homem – PS, Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Hélder Francisco da Silva Pereira - PS em substituição de Elmano Manuel Vieira Nunes - PS, Valter Manuel Linhares Peres – PS, José Adriano Meneses Laranjo – PS, Daniela Filipa Arruda Medeiros – PS em substituição de Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS, Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Eulália Ferreira Toste Leal – PS, Manuel Hildeberto Diniz Pires – PS, Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses – PSD, Bruno César Félix Nogueira – PSD, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PSD em substituição de Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Francisco Leonel Mendes Simões Ávila – PSD, Jorge Emanuel Costa Gomes – PSD em substituição de Paulo Manuel Martins Luís – PSD, Sandra Isabel Ávila Galvão – PSD, Nuno Graciliano de Almeida Cabral – PSD, Joana Filipa Moraes Ribeiro – PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto – CDS-PP, Hélio Adriano de Melo Rocha – Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Dutra Vieira – Junta de Freguesia dos Biscoitos, Miguel Alexandre Terra Garcia, em substituição de Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Júlia Martinha Martins Borges Faria – Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa – Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste – Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Maura Filipa Pereira Branco – Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes – Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges – Junta de Freguesia de Santa Cruz, Nuno Miguel Aguiar Meneses – Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima – Junta de Freguesia da Vila Nova.-----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Elmano Manuel Vieira Nunes - PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Paulo Manuel Martins Luís – PSD e Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia. - -----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove,

de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

----- Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Elmano Manuel Vieira Nunes - PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Paulo Manuel Martins Luís – PSD, Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Paulo Rui Mendes Homem – PSD, Francisco Alberto de Lima Ourique – PS e Eduarda Maria Bettencourt Pires – PS. -----

----- Para além do Sr. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Carlos Armando Ormonde da Costa, Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde, Raquel Lemos Borges, Tiago Manuel Silva Borges e Rui Miguel Mendes Espínola. -----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, o seguinte membro da Câmara Municipal: -----

----- Cláudia Fagundes Martins. -----

----- O **1.º Secretário** informou que, pelo facto de faltar o Sr. Presidente da Assembleia, e como previa o regimento, este era substituído pelo 1.º secretário e este pelo 2.º secretário, pelo que tinha que ser eleito um membro da Assembleia para integrar a Mesa para que os trabalhos prosseguissem. O 1º Secretário questionou os Membros da Assembleia se alguém propunha candidatar-se ao lugar de 2.º Secretário. O Grupo do Partido Socialista propôs o nome de Eulália Ferreira Toste Leal. Como não houve mais nenhum membro que se apresentasse a sufrágio, procedeu-se à eleição por escrutínio secreto. Feita a contagem, verificou-se que tinham dado entrada trinta e dois boletins de voto na urna, tantos quantos os membros presentes na Assembleia nessa altura, e o resultado da votação foi o seguinte: vinte e sete votos a favor e três votos em branco, tendo pois o referido membro sido eleito, tomando desde logo o seu lugar na Mesa. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **ATA DA REUNIÃO DE VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO – PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA:**-----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **CORRESPONDÊNCIA:**-----

----- Foi dado conhecimento à Assembleia da existência de correspondência recebida desde a última sessão, a qual ficou à disposição de todos os membros da Assembleia. -----

----- De seguida foram apresentados os seguintes votos: -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Clube Naval da Praia da Vitória e à Câmara Municipal da Praia da Vitória, pela realização do Campeonato Mundial de Windsurf RSX Convertible, lido pelo Deputado Manuel Pires. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que por fazer parte dos órgãos sociais do Clube Naval e tendo em conta o artigo sexagésimo do Regimento, pedia dispensa de participar na discussão em causa. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, relativamente ao teor do voto apresentado, obviamente que o CDS, na sua pessoa, se associava e subscrevia o mesmo e congratulava-se, não só pela realização de mais uma edição do Campeonato de natureza internacional, ligado às atividades náuticas na baía da Praia da Vitória, como também pelo empenho que o Clube Naval e a Câmara Municipal vinham a prestar na organização daquele tipo de eventos que projetavam a ilha e, sobretudo, o concelho da Praia da Vitória, divulgando bem as condições ótimas que tinham para a prática e para o treino, se assim houvesse condições, de modalidades náuticas. De seguida, disse que esperava que naquele mandato houvesse mais um pouco de atenção em relação à Marina, que na última vigência camarária tinha sofrido algum desgaste e não tinha visto os investimentos necessários serem realizados, que tinham sido prometidos mas nunca realizados, pelo que nos próximos quatro anos se percebesse que a Marina também era uma mais-valia, não só para atração turística, mas também como fonte de rendimento. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Recomendação, ao Governo Regional dos Açores para que desenvolvesse todos os esforços e diligências conducentes à instalação de um cais de cruzeiros na Praia da Vitória, dotando a ilha Terceira das condições adequadas para a receção deste tipo de navios, contribuindo, dessa forma, para o incremento e contínuo desenvolvimento do setor turístico local, cuja dinâmica de crescimento tem vindo a ser uma enorme alavanca económica para a ilha, lido pelo Deputado José Laranjo. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que, o PSD se associava ao voto que, de resto, ia de encontro à posição que vinha sendo tomada pelos eleitos do PSD ao longo dos anos naquela Assembleia e outros fóruns de debate político e de representação política, sendo certo que, também apreciavam que, finalmente, o Partido Socialista apresentava uma posição clara sobre a matéria, porque ao longo dos anos tinha havido membros eleitos pelo mesmo que defendiam que o cais de cruzeiros fosse em Angra. Acrescentou que, passado todo esse tempo, parecia que havia uma consensualização de algo que era importante e que era importante para a Praia da Vitória, mas sobretudo parecia-lhes que aquelas coisas nem deviam ser vistas apenas na perspetiva de que era importante para Angra ou para a Praia, ou seja, era importante para a ilha Terceira e, considerando que as condições excelentes e extraordinárias da

Baía da Praia da Vitória, parecia-lhes que era, objetivamente, o melhor local para ser instalado o cais de cruzeiros, tendo em conta também o incremento que se vinha sentido de turismo de cruzeiros a nível internacional e o impacto que tinha na frágil, débil e precária economia e tecido empresarial da Praia da Vitória. Concluiu dizendo que, só esperavam que um debate que tinha mais de dez anos, que com a contraditoriedade de posições não tinha ajudado em nada, se consolidasse uma posição clara no sentido em que, de facto, se fizesse o cais de cruzeiros e se promovesse aquele investimento. Disse que parecia que, finalmente, se havia chegado àquele consenso e que o próximo passo fosse a respetiva concretização. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que, a posição do CDS já era muito clara, há muitos anos. Disse que, obviamente, o investimento mais racional era na Praia da Vitória e não em Angra e disse que o PS sempre tinha usado o cais de cruzeiros como uma espécie de bandeira eleitoral, ora pelo Governo Regional, ora pelos seus candidatos, nomeadamente à Câmara de Angra, pelo que achava que a ilha Terceira tinha perdido bastante com o cais de cruzeiros de um lado para o outro. Acrescentou que São Miguel tinha avançado com o investimento, sendo que atualmente tinha mais capacidade do que a Praia da Vitória, que só apresentava o melhor porto oceânico do Arquipélago e, em termos geográficos, também era o mais central. Posto isso, disse que esperavam que a posição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, não fosse apenas uma posição do PS da Praia da Vitória e que conseguissem congregar esforços, junto do partido na ilha Terceira, para que, de uma vez por todas, se fizessem os investimentos necessários na área. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Recomendação, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, para que os apoios, previstos no número um, do artigo quarto do Regulamento Municipal de Apoio às Juntas de Freguesia do Concelho da Praia da Vitória, sejam pagos no prazo máximo de trinta dias após a entrega, por parte das Juntas de Freguesia, da documentação solicitada pela Câmara Municipal, lido pelo Deputado Francisco Ávila. -----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse que o grupo parlamentar do PS concordava com a intenção do voto apresentado, mas não concordava com o seu conteúdo, ou seja, entendia que os apoios, no âmbito do Regulamento em causa, deviam ser pagos num prazo célebre, contudo, não num prazo máximo de trinta dias após a entrega da documentação pelas juntas de freguesia, mas sim pela deliberação da Câmara Municipal, tendo em conta o pedido. Posto isso, disse que, o grupo parlamentar do PS, sugeriu a alteração da redação do voto, para o prazo de trinta dias após a deliberação da Câmara Municipal da Praia da Vitória. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** respondeu que o grupo parlamentar do PSD não tinha qualquer problema em aceitar a alteração apresentada. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- Submetido à votação, o voto, com a devida alteração, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Recomendação, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, para que diligenciasse os esforços necessários à implementação das medidas que concretizassem os critérios definidos pelo Índice de Transparência Municipal, lido pelo Deputado Bruno Messias. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que, acabava por ser irónico e curioso que uma situação crítica e desprestigiante para a Praia da Vitória, fosse transformada, quase que, num elogio à Câmara Municipal. Disse que, era uma forma engraçada de abordar a questão e que lhes parecia que aquele voto, se fosse desrido da carga, político-partidária, de elogio à Câmara Municipal, completamente desadequada, porque os resultados diziam o contrário, teria todo o sentido e, obviamente, que teriam o voto a favor da bancada do PSD. Informou que, naquele caso, como membros eleitos pelos praienses, que não tinham sentido orgulho nenhum nos resultados obtidos, não podiam fazer aquele abafado elogio a uma coisa que era negativa. No entanto, disse que, concordando com o teor do conteúdo da parte deliberativa do voto, iam-se abster, considerando que aquela recomendação era importante, mas que a capa político-partidária com que o tinham feito, tinha sido exatamente para evitar que o PSD votasse a favor, não pelo PSD em si, mas pelos praienses que não se tinham sentido nada orgulhosos do seu Município estar no fundo da tabela da transparência, a nível nacional.

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, obviamente, quando tinham sido confrontados com a divulgação do Índice em causa, tinham ficado perplexos, pelo que não podiam votar a favor de um voto que tentava mascarar a realidade e esperavam que na publicação do próximo Índice, a Câmara Municipal da Praia tivesse recuperado muitos lugares no mesmo. -----

----- **O Deputado Bruno Messias** interveio e disse que, o grupo parlamentar do PS, não estava a tentar mascarar o que quer que fosse. Informou que, se fossem ao *site* que fazia aquela avaliação, viam, claramente, quais eram os índices e disse que estavam a falar de gestão de informação nos *sites* e não de falta de transparência, como os deputados diziam naquele tom. Acrescentou que, se havia coisa que o Município vinha a fazer era trabalhar com a máxima transparência e com a máxima responsabilidade, desde que tinham sido eleitos. Disse, ainda, que o grupo parlamentar do PS nunca seria uma muleta do executivo, pois sempre que este achasse que devia pôr em causa qualquer ação do mesmo, assim o faria, até porque era esse o trabalho para o qual ali estavam, tal como estava estipulado no Regimento. Concluiu dizendo que o voto tinha em consideração que havia certos assuntos, a nível de *website*, que deviam ser reforçados. Acrescentou que, dizer-se que não era transparente, o que quer que fosse, isso sim era mascarar o intuito da notícia em causa. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e, dirigindo-se ao Deputado Bruno Messias, disse que não tinha sido o CDS, nem ele próprio, nem ninguém naquela sala que compilou o Índice e o publicou, pelo que os critérios não tinham sido feitos por

eles, apenas se limitavam a ser confrontados com uma notícia e, depois, tinham ido consultar os documentos, pelo que reiterava o que havia dito e esperavam, sinceramente, que o novo executivo melhorasse, significativamente, o desempenho da Câmara naquela matéria. Acrescentou que, era óbvio, todos estavam sujeitos a avaliações externas, de todo o género, em todas as dimensões da existência, quer a nível pessoal, quer a nível profissional, social, etc., pelo que a Câmara Municipal, independentemente das pessoas que ocupavam os cargos, tinha sido avaliada de acordo com determinados critérios, aplicados a todas as outras Câmaras e, nesse conjunto todo, estavam lá em baixa, e, portanto, gostavam que estivesse lá em cima, pelo que reforçavam a intenção de ver a Câmara Municipal reverter a tendência negativa e melhorar o score.

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- Submetido à votação, o voto, foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor do PS e treze abstenções, doze do PSD e uma do CDS-PP. -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento de António Neves Ribeiro, lido pelo Deputado Clélio Meneses.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, pelo vigésimo quinto aniversário de atividade do Centro de Convívio de São Brás, lido pelo Deputado Nuno Meneses.-----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que, o PSD se associava ao voto, por aquilo que ele representava e pelo serviço que o Centro de Convívio vinha a prestar à comunidade onde estava inserido. Acrescentou que, era sempre um trabalho, como estava bem explicado no voto, importante e de louvar e merecia o agradecimento das entidades públicas, por aquilo que era feito pelo interesse público, aos idosos, pela vulnerabilidade da sua idade e das suas situações de saúde, que necessitavam desse apoio de uma forma mais presente. Disse que, gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer uma apreciação, muito positiva e de elogio, aos idosos que durante aqueles anos fizeram com que o Centro de Convívio chegasse aos seus vinte e cinco anos, pois só com muita força, empenho e dedicação é que conseguiram superar todos os obstáculos e, assim, felizmente se chegava a essa bonita data, em que conseguiram todos, de uma forma unida, celebrar aquele dia, por isso, mereciam a congratulação daquela Assembleia.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Recomendação, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, para a reapreciação e distribuição de recursos humanos pela Câmara Municipal da Praia da

Vitória às Juntas de Freguesia do concelho, no âmbito de Programas de Inserção Socioprofissional, de acordo com critérios claros, objetivos e neutros que tenha em conta a dimensão de cada uma delas em termos físicos e populacionais e que a concretização de tal reapreciação e distribuição produza os seus efeitos no prazo máximo de sessenta dias, lido pelo Deputado Clélio Meneses. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi rejeitado por maioria, com dezanove votos contra do PSD e treze votos a favor, doze do PSD e um do CDS-PP.** -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- *“O PSD votou a favor e apresentou este voto na convicção e na consciência de que estava a contribuir para a melhoria das condições de vida dos praienses. É para isso que estamos aqui e foi isso que motivou a nossa candidatura e que motivou quem votou a tomar a opção eleitoral que tomou e falo por entender que esta é uma forma de ajudar aqueles que estão mais próximos das populações, a melhor exercerem a sua atividade, que são os presidentes de junta de freguesia, que estão próximos das populações, que todo o dia, todos os dias, todas as noites se inquietam para fazer face às exigências e solicitações das populações, são os que estão mais próximos das pessoas e que, neste âmbito, e muito bem como fazemos um elogio à Câmara Municipal, utiliza recursos humanos que são, no âmbito dos programas, ditos, Programas Ocupacionais, que fazem com que tenham outros recursos para fazer face a essas necessidades. Muitas vezes, os presidentes de junta de freguesia não se satisfazem e não se bastam apenas aos recursos humanos que lhe são concedidos, são eles próprios que vão limpar ribeiras, limpar valetas, acudir ao cemitério, eles fazem isso tudo, por isso, qualquer recurso humano que lhes seja concedido é um bem que se faz, não só aos presidentes de junta, mas também às freguesias, é um bem que se faz às comunidades que eles servem e é para isso que estamos aqui e lamento, profundamente, que uma coisa desta importância, que tem uma utilidade, ninguém está aqui a criticar ninguém, estamos a recomendar que se faça uma coisa para bem de todos, tenha o voto contra sem sequer a mínima justificação, é contra porque é contra. Isto é triste e revela, de uma forma muito clara, infelizmente, o estado em que está a democracia na Praia da Vitória.”* -----

----- **O Deputado Nuno Meneses** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Apenas para justificar a posição do Partido Socialista. Se entendemos que os funcionários ao abrigo dos Programas Ocupacionais têm tido, e ainda estão a ter, um papel muito importante para levar a cabo um conjunto de tarefas das juntas de freguesia, percebe-se, também, que claramente estes programas ocupacionais estão agora numa fase de desaceleração. Por isso, o nosso voto contra surge, precisamente, porque entendemos que o timing da proposta, aqui apresentada pelo PSD, naturalmente já foi ultrapassado e, nesta fase, não se justifica. Por outro lado, o pressuposto que está por detrás do voto parece-nos também que não estará eventualmente certo. Segundo o que é apresentado pelo PSD, era necessário adequar-se os recursos humanos às dimensões das freguesias, agora, essa adequação pode ser uma adequação positiva ou negativa, se calhar as freguesias com menores*

transferências do Orçamento de Estado, se calhar, são aquelas que necessitam de um maior número de trabalhadores para fazer face a esse diferencial que resulta, precisamente, das transferências certas para as autarquias. Dessa forma, parece-me que até aqui, ao momento, a gestão que foi feita foi uma gestão equilibrada, atendendo a que estamos numa fase de desaceleração, como já referi, parece-me que a proposta é, no mínimo, desadequada do ponto de vista temporal.”

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, a Ana Filipa Coelho, pela conquista da medalha de ouro e a Leandro Correia, pela conquista da medalha de prata no Campeonato Nacional das Profissões – Skills Portugal 2018, lido pela Deputada Daniela Medeiros. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que, pelo facto de o PSD ter um voto com o mesmo teor, o mesmo poderia ser apresentado em conjunto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Congratulação, aos alunos medalhados do Campeonato Nacional de Profissões, lido pelo Deputado César Toste. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, os votos, foram aprovados por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pelos resultados desportivos obtidos na modalidade de Ténis de Mesa, lido pelo Deputado António Borges. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que, o PSD se associava ao voto, pelo brilhantismo e pelo sucesso com que o Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal vinha a representar a Praia da Vitória e os Açores, a nível nacional e internacional, e conseguindo uma coisa que muitas vezes era difícil no desporto, que era conciliar a parte formativa com a competitiva, pelo que era um exemplo que nunca era de mais registrar e assinalar. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, o CDS se associava ao voto que vinha, mais uma vez, mais um ano, evidenciar o excelente trabalho que estava a ser feito por uma coletividade que não tinha apostado no futebol e conseguia mobilizar os jovens para uma prática de desporto alternativa e, obviamente, com uma grande componente de formação. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, os votos, foram aprovados por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento de Antero Borges da Costa, lido pelo Deputado Nuno Cabral. -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento de Antero Borges da Costa, lido pelo Deputado Valter Peres. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, os votos, foram aprovados por unanimidade.** -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra para fazer uma interpelação à Mesa, ou seja, para propor à Assembleia que se apresentasse o Voto de Louvor entregue na Mesa. -----

----- **A Presidente da Mesa** respondeu que, tendo em conta que ainda restava quatro minutos destinados ao Período Antes da Ordem do Dia, o mesmo poderia ser apresentado. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra para fazer uma interpelação à Mesa, ou seja, para propor à Assembleia que se apresentasse o Voto de Pesar entregue na Mesa. -----

----- **A Presidente da Mesa** respondeu que sim. -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Louvor, à instituição Juventude Desportiva Lajense, pela organização da XI edição do Torneio do Ramo Grande Azores Cup, que mais uma vez levou o nome da Praia da Vitória a nível regional, nacional e internacional, lido pelo Deputado Clélio Meneses. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento de Adelino Crisólogo Amaral, lido pelo Deputado Luís Leal. -----

----- **O Deputado César Toste** interveio e disse que o PSD se associava ao voto e acrescentou que tinha sido, de facto, um momento em que a Vila das Lajes tinha perdido mais uma referência, não só a nível da parte da sua autarquia, por ter sido presidente de junta, mas também a nível empresarial, por ter sido uma referência na Vila e no concelho, pelo que tinha sido com grande emoção que a Vila das Lajes tinha perdido aquela pessoa. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas onze horas e quinze minutos iniciou-se o período da Ordem do dia. -----

----- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

----- Não houve intervenções do público. -----

----- **2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 9 DE ABRIL DE 2018;** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que queria colocar duas questões sobre o que havia sido exposto. -----

----- 1^a Questão – Relativamente à BTL, questionou sobre qual a leitura que a Câmara Municipal, fazia sobre o real impacto da presença da Praia da Vitória e do Município da Praia da Vitória na mesma, em termos de desenvolvimento do concelho e se a Câmara Municipal ponderava outro tipo de participação, para o futuro, na BTL. -----

----- 2^a Questão – Relativamente às Festas da Praia dois mil e dezoito, questionou sobre quando a Câmara Municipal terminou o pagamento, da totalidade das despesas e das faturas relativas às festas dois mil e dezassete, ou se não o terminou, quando contava fazê-lo e qual era o custo total efetivo, das Festas da Praia, para o Município, quer fosse através de transferências diretas da Câmara Municipal, quer fosse através de entidades que eram financiadas pelo Município. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente às Festas da Praia, tinha apresentado um novo modelo para as mesmas, para dois mil e dezoito, em que, daquilo que era transferência da Câmara Municipal, mantinha-se igual. Disse que, mais do que se falar nos anos anteriores, que também era importante, era importante ouvir e saber os contributos de como se deveria perspetivar o modelo para o futuro. Acrescentou que, também era importante que houvesse sugestões/propostas, do ponto de vista construtivo, para o futuro. Informou que, o valor para a Festa da Praia, da Câmara Municipal, eram duzentos e trinta e sete mil euros, acrescido dos custos com logística, funcionários, equipamentos, manutenções, etc.. Disse que o restante da Festa era suportado em quatro ordens de receita, ou seja, os patrocínios de entidades privadas, raramente recebidos à data da festa; o valor que, anteriormente, era recebido das pulseiras, recebido a pronto; as vendas dos espaços da Festa da Praia. Quanto ao que faltava pagar, da Festa de dois mil e dezassete, disse que ainda não estava totalmente pago, faltando pagar a alguns fornecedores contínuos, ou seja, que tinham alguns equipamentos fornecidos apenas à Festa da Praia. Informou que, contava terminar os pagamentos no próximo mês. Acrescentou que, todas as entidades do grupo municipal prestavam apoio às festas em causa. -----

----- Relativamente à BTL, disse que a participação dos Açores tinha tido uma evolução ao longo dos anos, ou seja, inicialmente cada município tinha o seu *stand*, ficando um em cada canto do pavilhão da FIL, tendo-se, depois, entendido congregar tudo no mesmo *stand*. Informou que, recentemente a situação tinha voltado a surgir, sendo que a Câmara Municipal da Praia tinha participado no *Stand* Açores, por achar que fazia sentido uma participação conjunta, dando-se espaço para cada município. Acrescentou que, achava que o *Stand* Açores não funcionava bem, ou seja, pela sua dinâmica não correspondia àquilo que eram os objetivos, pelo que também percebia aqueles que tinham criado *stand* próprio. Disse achar que fazia sentido estarem todos juntos, pelo que em sede da Associação de Municípios dos Açores, as câmaras

municipais já haviam falado sobre o assunto e tinham apresentado proposta, ao Governo Regional, para que a Associação de Municípios estivesse dentro do *stand*. Informou que, ainda não sabiam como operacionalizar a questão, em termos da receita e da despesa, ou seja, se seria a própria AMRAA a assumir ou se seria por via das entidades de desenvolvimento local. Relativamente ao impacto da participação na BTL, disse que era sempre uma questão de difícil análise e que careceria de um estudo sobre a matéria, ou seja, de saber-se quantas mais pessoas vinham à Terceira por se fazer divulgação na BTL. Concluiu dizendo que, o que era certo era que não estar era muito pior do que estar, pois tinham sempre um ganho junto, essencialmente, dos operadores e dos agentes turísticos.

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que havia duas questões que tinham ficado por responder, ou seja, qual o valor total do gasto do investimento da Câmara Municipal diretamente nas Festas da Praia ou através de entidades financiadas pelo município e quais eram essas entidades. Quanto aos pagamentos, disse que tinha ficado a saber que no mês de maio seria concluído o pagamento das Festas de dois mil e dezassete, pelo que de agosto a maio eram nove meses, ou seja, era o prazo gestacional do pagamento da Câmara da Praia.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, o que saía da Câmara da Praia para a Festa da Praia eram duzentos e trinta e sete mil euros, sendo que de entidades financiadas pela Câmara Municipal, das que compunham o grupo municipal, mais nenhuma transferia dinheiro. Acrescentou que a Associação Salão Teatro Praiense não financiava a Festa da Praia e que a Cooperativa Praia Cultural recebia o dinheiro da Câmara Municipal, ou seja, os duzentos e trinta e sete mil euros. De seguida, repetiu que o orçamento da Festa da Praia tinha quatro ordens de receita, sendo eles os duzentos e trinta e sete mil euros, da Câmara Municipal da Praia da Vitória; a fatia do modelo anterior das pulseiras; o conjunto de patrocínios; os aluguers e as vendas dos espaços. Disse que tinham reformulado o modelo, ou seja, tinham passado componentes de receita e de despesa para entidades privadas, precisamente para não haver questões e confusões daquele tipo em que, quer ao nível dos recebimentos, quer ao nível da despesa passaria para duas entidades que seriam as concessionárias naquela matéria. Informou que, relativamente à Tourada de Praça, seria o Grupo de Forcados do Ramo Grande e a Tertúlia Tauromáquica Praiense e, relativamente ao espaço musical, estava a decorrer o concurso. Sobre os pagamentos, disse que não, que não era o prazo gestacional, pois como tinha dito eram fornecedores contínuos da Festa da Praia em que, naturalmente, a situação estava conversada e acordado com os mesmos. Reforçou a informação de que aquele executivo municipal tinha apresentado um novo modelo, de financiamento e de gestão administrativa e financeira, da Festa da Praia para dois mil e dezoito e disse que tinha solicitado contributos, sugestões para o futuro, para aquilo que queriam para as festas em causa, para dois mil e dezoito, e que tinha pena que continuassem nas questões sobre o passado, sendo que estava disponível para responder a todas, mas que era importante que tivessem ali questões para o futuro.

----- **O Deputado Clélio Meneses** iniciou a sua intervenção dizendo que era escusado, desnecessário, porque tinham muitos mais pontos para abordar, aquela que

era quase que uma lição, pois não cabia nem a um nem a outro nada daquilo. Disse que, a sua questão tinha que ver com o presente, o presente das empresas da Praia que continuavam sem receber fornecimentos feitos em agosto, por exemplo. Acrescentou que, obviamente, os contributos eram dados, mas estavam ali a cumprir a atribuição de fiscalizar a ação municipal, pelo que, ao fazê-lo, se incomodava lamentava o mesmo, mas aquele era o papel fundamental da Assembleia Municipal, mas dizer que não se dava contributos para o futuro, que não se falava do futuro, não, pois estavam a falar no presente. Disse que, estavam fartos do discurso em que estavam preocupados com o tecido empresarial da Praia, mas mais do que eles, estavam fartos os empresários da Praia que se inquietavam e relembrou que só nas últimas semanas tinham fechado sete estabelecimentos na Praia e que isso sim deveria preocupar, a invés de se estar com pretensas lições de moral. Referiu que estavam a falar de coisas concretas da vida das pessoas e das empresas e que era isso que os preocupava para o futuro da Praia. Disse que o presente e o futuro era verem um concelho em que as empresas estavam a passar por dificuldades, porque levavam tempo e tempo para receber os fornecimentos que faziam, nomeadamente às Festas da Praia, o que era lamentável, preocupante e motivo para, legitimamente como eleitos pelos praienses, colocarem ali. Concluiu dizendo que estavam a fugir do assunto fundamental, ou seja, de exercer as suas atribuições, as suas responsabilidades, defender os interesses dos praienses e promover que se vivesse numa terra com melhores condições de vida, pelo que dizer que se estava a favor do tecido empresarial e que se fazia tudo por isso e depois não se pagava a tempo e horas, era exatamente o contrário.

----- **O Deputado Luís Leal** interveio e disse que tinham um requerimento para fazer à Mesa, tendo, de seguida, passado à sua leitura. O referido requerimento faz parte integrante da presente ata.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não tinha colocado em causa qualquer legitimidade e que até tinha dito que tinham toda a competência e o poder para fazer todas as questões e que estava disponível para responder às mesmas. Acrescentou que o que achava era que, tendo o novo modelo sido apresentado há já algum tempo, não tinha havido qualquer contributo para o mesmo. Relativamente às questões que se colocava, disse que a Festa da Praia, ao nível da sua gestão financeira, não recebia o dinheiro todo a pronto. Relativamente aos fornecimentos que faltava pagar, disse que eram fornecimentos falados e contratualizados com os empresários e eram, também, divididos, havia pagamentos feitos em duodécimos porque estavam já contratualizados e acordados assim, pelo que aquela era uma matéria corrente. Disse que se era para falar no passado, podiam fazê-lo, podiam colocar um milhão e meio de dinheiro público na Festa, como já havia acontecido no passado e a maior parte dos fornecedores nem serem do concelho da Praia, serem externos, mas isso não acontecia atualmente, tal como se tinha passado, com o PS a gerir a Câmara Municipal, a pagar a pronto a todas as associações e a todos os participantes na Festa, bem como aos pequenos fornecedores, uma vez que eram processos previamente tratados. Em relação ao futuro e àquilo que era a Festa da Praia para dois mil e dezoito, disse que era o orçamento mais baixo de sempre, por um motivo simples, ou seja, a partir do momento

que concessionavam duas áreas, quer a componente da receita, quer a da despesa, passavam para entidades privadas. Disse acreditar que, com aquele modelo, iam conseguir ser muito mais ágeis, sendo que havia um risco, ou seja, muitos dos fornecedores iam passar a ser fornecedores de entidades privadas e estas poderiam sentir as dificuldades que a Cooperativa sentia, porque se os patrocínios e os alugueres não pagavam a pronto à Cooperativa, também poderiam não o fazer às referidas entidades. Informou que iam acompanhar aquele modelo e fazer as devidas avaliações, mas acreditava que respondiam, da melhor forma, a um modelo que queriam novo, que queriam continuar a ter uma Festa da Praia atrativa, forte a nível cultural e económico, que fosse um marco da ilha Terceira, um grande ativo do ponto de vista turístico e, sobretudo, sustentável financeiramente. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que queria apenas deixar três notas rápidas. -----

----- 1^a Nota – Manifestar que tinha registado que o único dinheiro público que era gasto pelas Festa da Praia, através do município ou de entidades financiadas pelo mesmo, eram duzentos e trinta e sete mil euros, pelo que haveriam de averiguar e confirmar o mesmo; -----

----- 2^a Nota - Manifestar que tinha ficado registado que a maior parte dos fornecedores da Festa da Praia, ou seja, a maior parte das pessoas que recebia algo porque forneciam ou prestavam serviços à Câmara Municipal da Praia eram do concelho, o que era estranho e não percebia, mas haveria de o perceber. Acrescentou que a insistência no pagar a pronto, e falando em factos concretos, o pagar em nove meses era o pagar a pronto na Câmara da Praia; -----

----- 3^a Nota – Deixou uma nota de solidariedade, para com o atual Vice-Presidente da Câmara Municipal, dizendo que na ânsia com que o PS tentava atacar o passado, indo treze anos para trás, estavam exatamente a criticar atuais autarcas que tinham responsabilidades naquela altura, o que era desnecessário porque as pessoas exerciam as suas competências de acordo com aquilo que as condições permitiam. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** interveio e disse que, relativamente ao ataque feito aos membros do seu executivo e da sua equipa, tinha muito orgulho na sua equipa, pois eram pessoas com grande coração e grande gosto pela Praia da Vitória e que, acima de tudo, percebiam e compreendiam aquilo que era a evolução que a Praia da Vitória tinha que fazer. Acrescentou que não era uma crítica ao passado, nem o que quer que fosse, mas eram pessoas que tinham uma visão para a Praia da Vitória que era atual, que evoluíam e que respondiam aos desafios do presente e do futuro, pelo que tinha pena que outros nunca tivessem feito aquela evolução. -----

----- **O Deputado Bruno Nogueira** interveio e, relativamente ao Air Center, disse que o Sr. Presidente tinha referido que o mesmo seria instalado na Praia da Vitória, pelo que gostariam de saber mais alguma coisa sobre o assunto. De seguida, colocou algumas questões: -----

----- 1^a Questão - Quais as valências que estavam a ser, previsivelmente, propostas para instalar no município; -----

----- 2^a Questão - Quais eram os investimentos que tinham que fazer, enquanto município, para albergar o projeto em causa; -----

----- 3^a Questão - Quais eram as expectativas de retorno, quer em termos financeiros indiretos, quer em termos de postos de trabalho espectáveis no projeto para o município.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente à questão das competências e do seu objeto, para além do que já era público, sabia que o Air Center ainda estava em fase de compromisso com outras entidades, pelo que achava ser uma questão que, a seu tempo, o Governo Regional dos Açores responderia. Informou que, daquilo que já era o compromisso da Câmara Municipal na matéria, já tinha sido constituído legalmente o Air Center, vindo a sede para a Praia da Vitória, estando a Câmara Municipal responsável por disponibilizar um espaço para, provisoriamente, ser a sede da equipa que ia preparar, administrativamente, o início da criação do Air Center. Acrescentou que tinha sido pedido um espaço com quatro gabinetes, pelo que, logo de início, deveriam ser criados quatro novos postos de trabalho na Praia da Vitória. Disse ainda que, por enquanto, aquilo era o que estavam a trabalhar, era o que lhes tinha sido informado e o que tinham como certo. Referiu que, a atividade do Air Center, apesar da sede ser na Praia da Vitória, teria uma amplitude de projetos bastante ampla, ou seja, poderia haver projetos a serem desenvolvidos dentro da própria Base, em qualquer ponto da ilha Terceira, bem como noutras ilhas dos Açores. Concluiu dizendo que, naquele momento, estavam a trabalhar com a comissão instaladora do Air Center. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **3. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, ELABORADO POR SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA..** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** pediu autorização para apresentar os pontos três a nove em simultâneo, o que foi aceite. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2017, DA PRAIA AMBIENTE, E.M..** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2017, DA COOPERATIVA PRAIA CULTURAL.** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2017, DA TERAMB, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA TERCEIRA, E.M.. -----**

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----
----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **7. APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS E DIREITOS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO - ANO DE 2017. -----**

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----
----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **8. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO – ANO DE 2017. -----**

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----
----- **Submetido à votação, o relatório, foi aprovado por maioria com dezanove votos a favor do PS e treze votos contra, doze do PSD e um do CDS-PP.** -----

----- **9. APRESENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA – ANO DE 2017, REMETIDA POR SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.. -----**

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----
----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e, relativamente ao ponto seis, disse que tinha ficado com a sensação de que, se nos últimos anos tinha havido um esforço, por parte dos municípios e da Praia da Vitória, para se aumentar a reciclagem, depois do que o Sr. Presidente tinha dito, agora iam ter que convencer as pessoas a produzir mais lixo. Disse que estavam perante um investimento muito avultado, que tinha envolvido os dois municípios e, se bem se lembrava, na altura era Secretário do Ambiente o Sr. Professor Álamo de Meneses. Relembrou que tinha havido várias vozes discordantes quanto ao tipo de investimento que se deveria fazer, nomeadamente se seria a melhor solução para o tratamento de resíduos. Disse que sempre tinha sido vendida a teoria, por parte do PS a vários níveis, de que aquela solução ia resolver os problemas, sendo que atualmente viam-se confrontados com um prejuízo e com falta de combustível, pelo que questionava se a par do turismo, a ilha ia apostar noutro vetor económico, ou seja, a importação de lixo. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio e, relativamente ao ponto cinco, disse que tinha várias questões a colocar. -----

----- Relativamente ao balanço da Cooperativa Praia Cultural, disse que tinha verificado que havia uma rúbrica designada de *Outros Investimentos Financeiros*, que tinha tido uma variação de duzentos e cinquenta mil euros de dois mil e dezasseis para dois mil e dezassete, pelo que gostaria de uma explicação para o referido valor. -----

----- Relativamente aos financiamentos da Cooperativa Praia Cultural, disse que tinha verificado que havia alguns financiamentos bancários, havendo um que lhe chamava

especial atenção, ou seja, uma livrança, no valor de duzentos e cinquenta mil euros, subscrita em dois mil e dezassete, com vencimento em dois mil e dezoito. Posto isso, questionou sobre quem eram os avalistas; quais as condições associadas à livrança em causa; para que fim tinha sido subscrita; e como iam efetuar o pagamento da mesma. Ainda na análise dos financiadores da Praia Cultural, disse que encontrava um contrato mútuo com a Sociedade de Desenvolvimento da Cidade da Praia da Vitória, num valor, em dois mil e dezassete, de duzentos e quinze mil euros, pelo que gostaria de uma explicação para o referido contrato. -----

----- Relativamente à rubrica *Outros Devedores e Credores*, disse que tinha verificado que havia dois devedores e credores que representavam mais de noventa por cento do valor, sendo eles a Associação Teatro Praiense, no valor de cento e vinte e dois mil euros e a Praia em Movimento, que já havia deixado de ser do perímetro municipal, que devia duzentos e quarenta mil euros, pelo que gostaria de uma explicação para aqueles valores. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente à livrança, achava que era a conta de tesouraria para o ano de dois mil e dezassete que, entretanto já estava paga e disse achar que aquela questão já tinha sido resolvida. Quanto às condições técnicas do contrato, disse que não o tinha consigo, mas poderiam remeter o mesmo posteriormente. Relativamente aos outros financiamentos referidos disse que, da Sociedade de Desenvolvimento, era um processo antigo, pelo que não se recordava bem do porquê do mesmo, mas achava que tinha que ver com as questões de quando tinha sido inaugurada a Academia e a utilização da Cooperativa pela Academia. Relativamente aos cento e vinte e dois mil euros, quer da Associação Salão Teatro Praiense, quer da Praia em Movimento, disse que decorriam dos contratos que a Cooperativa ia fazendo: com a Associação Salão Teatro Praiense, por via das atividades em parceria; com a Praia em Movimento, por via da gestão do património da Praia em Movimento, pela Cooperativa Praia Cultural. -----

----- Em relação à intervenção do Deputado Pedro Pinto, disse que não iam dizer às pessoas para deixarem de reciclar e produzir mais lixo, pois o objetivo era precisamente o contrário. Acrescentou que, no projeto inicial, estava previsto que os resíduos das outras ilhas, à exceção de São Miguel, viriam para a ilha Terceira, o que não estava a acontecer, pelo que já tinham alertado a Secretaria Regional do Ambiente para a situação. Disse que tinham uma central que estava acima da capacidade dos resíduos da ilha Terceira, pelo que, ou havia a vinda dos resíduos das outras ilhas, para se cumprir com o que era o plano inicial ou tinham que passar pela questão da eventual importação de lixo. Informou que, naquele momento, o que era certo era que tinham a central a dar os resultados apresentados, sendo que não era comportável estarem com resultados daquela ordem de grandeza. Disse que se olhassem para todas as contas dos associados da TERAMB, iam ver que a Câmara teria de repor cerca de duzentos e tal mil euros, ou seja, era o que estava, naquele momento, a fazer mossa no Orçamento Municipal e era a grande prioridade na matéria. Concluiu dizendo que não podiam continuar com resultados daquela ordem de grandeza e informou que estavam a falar de, no final do atual mandato autárquico, terem que injetar na TERAMB cerca de um milhão e

duzentos/um milhão e trezentos, pelo que aquela era a grande preocupação do executivo municipal a nível financeiro e de gestão da referida infraestrutura, até porque a própria lei do setor empresarial local dizia que se uma empresa municipal desse prejuízo em três anos seguidos era obrigada a fazer o seu encerramento, pelo que tinham que correr, depressa, atrás do prejuízo. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** iniciou a sua intervenção dizendo que não tinha ficado nada satisfeito com as respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, até porque constatava, nos órgãos da Cooperativa Praia Cultural, que eram ocupados, maioritariamente, pelos vereadores da Câmara Municipal. De seguida, disse que tinham ficado algumas coisas por responder, tais como: -----

----- Qual o investimento, de duzentos e cinquenta mil euros, em *Outros Investimentos Financeiros*; -----

----- Em relação à livrança, disse que tinha ficado sem perceber se já havia sido paga ou não e disse que a tesouraria, geralmente, era feita com contas correntes caucionadas, não com livranças, sendo estas, geralmente, utilizadas para situações de desespero; -----

----- Em relação aos *Outros Devedores e Credores*, disse que tinha ficado sem perceber, porque o que tinha dito era que estas eram entidades que deviam dinheiro à Praia Cultural, pelo que gostaria que lhe fosse explicado o porquê da Praia em Movimento dever duzentos e quarenta mil euros à Praia Cultural e a Associação Salão Teatro Praiense cento e vinte e dois mil euros. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua resposta, dizendo achar que já tinha respondido a tudo na sua primeira intervenção e que até já tinham cedido toda a documentação sobre a matéria em causa. Relativamente à livrança, disse que tinha sido o exigido pela entidade com quem se havia contratualizado a matéria em causa, disse que era verdade que faziam parte dos órgãos sociais, mas não tinha de cor toda a documentação e, tal como já havia dito, podia fazer chegar o documento para respetiva análise e que a livrança tinha sido o processo para permitir as questões de tesouraria. Relativamente aos financiamentos, quer da ASTP, quer da Praia em Movimento, disse que, tal como já havia referido, eram de atividades que eram feitas em parceria, sendo que, para as mencionar todas, teria de consultar a documentação, mas nas próprias atividades desenvolvidas em parceria, havia projetos que não eram financiados só por uma entidade, mas por ambas. Relativamente à Praia em Movimento, disse que era da gestão do património que era feita. Acrescentou que a Cooperativa Praia Cultural não tinha ativos edificados, pelo que utilizava edifícios, quer da Sociedade de Desenvolvimento, quer da Praia em Movimento, cruzando-se, assim, essas situações. Concluiu referindo que, para mais alguma questão detalhada, disponibilizava toda e qualquer informação sobre a matéria. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, a devido tempo, o projeto da incineradora na ilha Terceira tinha sido bastante debatido, nunca tendo havido um consenso sobre essa ser a melhor opção e, estando em funcionamento, os números revelavam que, efetivamente tinha sido uma má aposta. Relembrou que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que, para aquele tipo de Central, era a mais pequena alguma vez construída, o que significava que os avisos e os alertas emitidos, de que seria um

elefante branco, tinham razão. Acrescentou que, talvez, o tratamento dos resíduos na ilha Terceira ou nos Açores, devido à dimensão, não fosse ou não passasse pela incineração, pelo que o preocupava muito que os municípios da Praia da Vitória tivessem que suportar um encargo, ou serem privados de um investimento público, na ordem dos duzentos a trezentos mil euros anuais, para suportarem um mau investimento, uma teimosia e uma má aposta política por parte do PS. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio e disse que havia várias questões que continuavam por responder, sendo que uma nunca tinha sido referenciada pelo Sr. Presidente da Câmara, talvez pelos valores serem iguais, ou seja, disse que havia uma rubrica no ativo da Praia Cultural que dizia respeito a *Outros Investimentos Financeiros*, no valor de duzentos e cinquenta mil, trezentos e noventa e quatro ponto onze, sendo que a mesma tinha sofrido um aumento de, sensivelmente, duzentos e cinquenta mil euros, de dois mil e dezasseis para dois mil e dezassete. Posto isso, disse que gostavam de saber a que dizia respeito aquele investimento. Em relação à livrança, repetiu que as tesourarias só se faziam com contas caucionadas, sendo as livranças, geralmente, em situações de desespero. Informou que haveriam de fazer um requerimento a solicitar as condições da referida livrança. Relativamente às questões dos *Outros Devedores e Credores*, relembrou o que havia dito no início, ou seja, o porquê da Praia em Movimento dever duzentos e quarenta mil euros à Praia Cultural. Acrescentou que o Sr. Presidente se contradizia na sua resposta, pois dizia que a Praia Cultural não tinha equipamentos e a Praia em Movimento é que os tinha, ou seja, a situação deveria estar invertida, pelo que gostaria de ver esclarecida a situação. Disse perceber que o Sr. Presidente poderia não ter conhecimento sobre os números apresentados, mas que, certamente, os senhores vereadores teriam conhecimento sobre aquelas situações, pelo que o Sr. Presidente poderia delegar a resposta neles, pois não havia nenhum mal nisso, o que não lhe podia era dizer que não tinha sido conciso ou objetivo nas questões colocadas.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, não achava que tivesse sido uma má aposta, derivado das alternativas existentes, ou seja, dos estudos económico-financeiros, da viabilidade económica e, conforme o que havia sido noticiado, previa-se que logo nos primeiros anos de atividade da TERAMB houvesse essa dificuldade, não tão grande como estava a acontecer, mas a verdade era que todas as outras alternativas, para resolver o problema da pegada ambiental da Terceira, quer do seu passado, quer daquele que era produzido diariamente, seriam mais caras. Disse que o que era fundamental era o cumprimento de tudo aquilo que estava perspetivado à partida, ou seja, a Central de Valorização da Ilha Terceira estava perspetivada num cenário diferente daquele que estava a acontecer, que era o cenário da chegada dos resíduos de todas as ilhas. Repetiu que já tinham feito o contato com o Governo Regional, para tentar que fosse aplicada e utilizada no dia-a-dia aquela questão e que, mensalmente, os outros municípios reportassem para a Central da ilha Terceira os seus resíduos. Informou que, sabiam que em São Miguel estava a decorrer um debate sobre aquela matéria, sendo que já tinha havido uma conversa entre ele, o presidente da Câmara de Ponta Delgada e o de Angra

do Heroísmo sobre o mesmo, ou seja, na eventualidade de, transitoriamente, alguns daqueles resíduos virem até à ilha Terceira, pois Ponta Delgada estava com um grande problema ao nível da gestão de resíduos e estava com um custo muito superior, porque não tinha encontrado nenhuma solução. Acrescentou que a Terceira tinha uma solução, solução esta que não estava a dar resultados positivos, que estava a dar aquelas preocupações, pelo que tinham que resolver a situação rapidamente, porque a cada mês que passava os números iam avolumando. -----

----- Relativamente ao Deputado Francisco Ávila e às questões levantadas, disse que não era necessário fazerem requerimento relativo à livrança, pois iam tratar de remeter a informação em causa; relativamente à Praia em Movimento, disse que não era só a própria utilização, tinha que ver, também, com gastos realizados, danos efetuados nas infraestruturas e com algum investimento que fosse necessário fazer nas mesmas. Acrescentou que aqueles valores estavam repercutidos nas contas, eram valores para a sustentabilidade e equilíbrio daquela que era a atividade da Cooperativa Praia Cultural. Referiu que, após tanta questão sobre passivos e ativos da Cooperativa Praia Cultural, era de salientar que ao nível de empréstimos médio/longo prazo não tinha sido feito nada recentemente, pelo que o que havia tinha os anos que tinha, continuavam a pagar e com custos de manutenção bastante exorbitantes. Disse achar que já tinha esclarecido tudo, tal como toda a documentação, sobre as Festas da Praia e a Cooperativa Praia Cultural, tinha sido cedida, pelo que achava que só não via quem não queria e que se quisessem mais informação, podiam ceder a mesma. Mencionou que o resultado da Cooperativa Praia Cultural era positivo, tal como a sua atividade, pelo que qualquer questão mais técnica podiam consultar, novamente, a documentação, mas achava que chegava ao momento de se votar as coisas e, a partir daí, havia três votos porque se pediam mais explicação, iam consultar a documentação e, depois, não viam nem interpretavam os dados tal e qual como eles estavam, não ia fazer milagres na Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** usou da palavra e disse que, os vereadores do PSD tinham feito o requerimento para consultar as contas da Cooperativa Praia Cultural, mas estavam na Assembleia Municipal e nesta tratavam-se as coisas da Assembleia Municipal e na Câmara as da Câmara. Acrescentou que, aquela Assembleia tinha sido eleita para tratar de assuntos que diziam respeito à Câmara, apesar dos mesmos já terem sido tratados na Câmara Municipal. De seguida, disse que ia perguntar, pela quarta vez, sobre a rubrica no ativo, existente nas contas da Cooperativa Praia Cultural, que dizia *Outros Investimentos Financeiros*, em que tinha um valor de noventa e dois euros e noventa e dois cêntimos em dois mil e dezasseis e em dois mil e dezassete tinha duzentos e cinquenta mil, trezentos e noventa e quatro euros e onze cêntimos, ou seja, havia uma diferença de duzentos e cinquenta mil, trezentos e um euros e dezanove cêntimos, pelo que gostariam de saber onde a Cooperativa Praia Cultural tinha feito outros investimentos financeiros daquela ordem de grandeza. Relativamente às outras questões, nomeadamente os duzentos e quarenta mil euros e os cento e vinte e dois mil euros da ASTP, disse que não ia insistir no assunto, porque o Sr. Presidente ou não sabia, ou não lhe queria dizer a que diziam respeito. Relativamente ao

comentário, do Sr. Presidente da Câmara, acerca do financiamento a médio/longo prazo, disse que, de facto, esse continuava estável, sendo que o que lhes havia chamado a atenção tinha sido o financiamento a curto prazo, que tinha mais que duplicado, daí as suas questões e que deviam preocupar também o Sr. Presidente da Câmara. Conclui, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, dizendo que este não desvalorizasse a intervenção dos membros da Assembleia Municipal, pois estavam ali, muitos deles, com sacrifício e não era por terem estado a fazer o devido trabalho de casa que deveriam ser desvalorizados. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não tinha desvalorizado a Assembleia Municipal e que, naquele caso, também podia dizer que o Sr. Deputado também estava a desvalorizar as suas respostas. Em relação à questão em causa, disse que não ia repetir o que já havia dito relativamente aos instrumentos financeiros ao nível dos investimentos da Cooperativa Praia Cultural. Disse que, voltava a frisar aquilo que, na sua opinião, era o essencial, ou seja, um resultado positivo; a Cooperativa Praia Cultural a desenvolver a sua atividade, conforme demonstrado no relatório de atividades, de forma bastante eficiente e bastante importante para a organização da política cultural do município da Praia da Vitória; com uma sustentabilidade e solidez na sua ação, conforme demonstrava todo o relatório de contas. Repetiu que já se havia disponibilizado, quer para alguma questão mais concreta, quer dados concretos de um ou outro contrato, para fazer chegar toda a informação necessária. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio e disse que não ia insistir sobre os mesmos pontos, pois haveriam de ter oportunidade de fazer um requerimento a explicar ponto por ponto, depois, haveriam de ver qual a resposta obtida e, em função da mesma, voltar a trazer o assunto à Assembleia Municipal. Disse que gostaria de deixar uma nota, ou seja, no relatório de gestão da Câmara Municipal, das contas relativas a dois mil e dezassete, página sessenta e seis, último parágrafo do relatório de gestão, havia uma correção a ser feita. De seguida, informou que onde se lia “...no que se refere a este capítulo, verifica-se que o montante dos apoios pagos no ano de 2016...”, deverá ler-se “...no que se refere a este capítulo, verifica-se que o montante dos apoios pagos no ano de 2017...”, pois estavam a tratar de contas de dois mil e dezassete, pelo que era bom terem em atenção aquelas questões e que houvesse uma revisão dos documentos, uma vez que estes eram para análise futura. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “*O PSD votou contra as contas em causa, se mais nenhuma razão houvesse o que se passou aqui neste debate, era razão mais que suficiente. Foram colocadas questões concretas, a mesma questão foi colocada quatro vezes, outras questões foram colocadas, sobre transferências financeiras significativas, e que fosse de pormenor, de valores residuais, qualquer questão merece resposta, a Assembleia Municipal existe, exatamente, para fiscalizar a ação da Câmara Municipal e, neste caso, legalmente para aprovar as contas do município e, obviamente, perante aquilo que foi aqui referido, que foi a evasão permanente das respostas, andar às voltas, às voltas, falar de questões genéricas, fizeram-se perguntas concretas e para uma pergunta concreta deve haver*

uma resposta concreta, se perguntava isto o que é? Uma garrafa de água é uma garrafa de água, não vão dizer que estamos dentro de uma sala ou que estamos na Praia e foi, mais ou menos, o que aconteceu, fazímos perguntas concretas e respondiam com coisas genéricas. Isto não é, objetivamente, transparéncia, e a transparéncia vê-se é nestas situações, não é transparéncia. Temos aqui que a dívida do município aumenta; temos que grande parte das contas deste município, das contas públicas, são geridas por uma entidade que não tem qualquer controle público, a Associação Salão Teatro Praiense; temos aqui situações em que grande parte do Plano Plurianual de Investimentos não é cumprido, temos uma taxa de execução de cinqüenta e sete por cento e se os vereadores do PSD votaram unanimemente, como foi aqui referido, o Orçamento, uma coisa é o Orçamento que é uma expectativa daquilo que vai ser feito, é uma previsão, é uma proposta, quando no final o resultado da execução não corresponde àquilo que foi orçamentado é, também isto, um dever de consciência de não aprovar aquilo que não corresponde àquilo que se pretendeu que acontecesse com a aprovação; temos um saldo de gerência negativo; temos um conjunto de aspetos, conforme já foram evidenciados em sede de Câmara Municipal e agora aqui, reforçados e também pela ausência de respostas, manifestados, em consciência não pode haver uma votação a favor da parte dos eleitos do grupo municipal do PSD, na perspetiva que tem de que estão a representar os interesses do concelho e os cidadãos da Praia da Vitória. Nessa medida, naquilo que nos parece ser o caminho crescente de descalabro financeiro do município, que se está aqui a tentar apagar fogos com engenharias financeiras que não se consegue explicar, infelizmente não conseguiram explicar, estivemos aqui esse tempo todo e estamos aqui é para isso e é lamentável, conforme já foi aqui referido pelo vereador Francisco Ávila, o profundo e assumido desrespeito do Presidente da Câmara, para com os praienses que estão na Assembleia Municipal, quando vem dizer: "...isto está esclarecido, vamos votar, vamos votar!..." Isto é o cúmulo! Não querem esclarecer? Não querem explicar? Não querem ser aconselhados? As próprias perguntas também dão orientações de aconselhamento, não quer que se debata, vamos votar, vamos para a frente. São métodos que não me parecem condizentes com a democracia, um presidente de Câmara que diz: "...vamos votar, já se falou o suficiente, não há mais nada a explicar, se querem façam requerimentos...", mas o que é isso? A Assembleia Municipal é aqui, isto é um momento digno da democracia do concelho da Praia da Vitória. Houve até um órgão da comunicação social que propôs que fosse transmitido em direto para os praienses verem, eu, em respeito pela Assembleia Municipal, o que posso dizer é que ainda bem que isto não está a ser transmitido, ainda bem, porque quando são colocadas perguntas concretas, estamos aqui para isto, obviamente que a Câmara Municipal tem técnicos, tem meios que fazem o trabalho, que leem, que ajudam a explicar, a esclarecer os documentos que estamos aqui a analisar. O grupo municipal do PSD são as pessoas, como foi aqui dito, que ficam horas da sua vida a ler os documentos para vir aqui exercer, com responsabilidade, com sentido de responsabilidade, as funções que nos são remetidas, isso, mesmo assim, é desvalorizado, "...vamos passar à frente, vamos votar!...", o que é isto? Há mínimos, e neste momento eu entendo que os mínimos do

respeito pela Assembleia e pela democracia, não estão a ser cumpridos pelo Sr. Presidente da Câmara. Não respondeu e, para além de não ter respondido às questões que foram colocadas, disse: "...façam requerimentos, vamos votar que isto já está tudo esclarecido!..." Foi um momento infeliz e dou este benefício de dúvida, foi um momento infeliz, uma expressão infeliz, mas as coisas tem que ser postas no seu devido lugar. Nenhum de nós está aqui para passar tempo, estou a falar de todos os partidos, ninguém está aqui para ter benefícios pessoais disso, todos sabemos o benefício que isso nos tira, que é algumas dores de cabeça e algum tempo das nossas vidas, porque todos tem as suas profissões, mas já que estamos aqui, vamos exercer as nossas funções com responsabilidade e vamos exercê-las do princípio ao fim e, neste caso concreto, o que sentimos, lamentavelmente, e deixamos aqui registado isto, é que da parte da Câmara Municipal não houve o devido respeito, para com a Assembleia, para com os praienses. Dá trabalho preparar este documento, é trabalho de casa, dá trabalho, mas da mesma forma que o grupo municipal do PSD trabalhou, estudou e analisou os documentos de ponto a ponto, a Câmara Municipal, que tem os funcionários, que tem técnicos, que tem economistas e agora parece que ainda vai crescer com mais técnicos, tem mais responsabilidade de vir para aqui e saber dar resposta às perguntas que lhe são colocadas e não foi isso que aconteceu. As perguntas que foram colocadas não foram respondidas pela Câmara Municipal, por muita indignação que possa causar a algumas pessoas que estão aqui "...estão a ser muitos chatos, estão a secar...", não, estamos a fazer o que devemos fazer, infelizmente é quando não é assim que é feito, infelizmente é quando em muitos sítios não é assim que acontece. Mas, nem vou avaliar as razões, entendem que não é assim, entendem que isto aqui é faço uma pergunta, digo uma conversa genérica, está feito, vamos votar. Muito mau, infelizmente, muito mau e, como disse, perante aquilo que são os dados das contas apresentadas, relativamente ao Orçamento, taxas de execução, ao volume da dívida, ao crescimento da dívida, tudo isso são fatores que levam, de uma forma consciente e objetiva, ao voto contra, mas, infelizmente, esse sentido de voto foi reforçado com a infeliz postura do presidente da Câmara Municipal nesta Assembleia."

----- 10. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA REVISÃO Nº 1 AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA DE 2018 E REVISÃO Nº 1 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.

----- O Presidente da Câmara Municipal fez uma explanação do ponto.

----- O Deputado César Toste usou da palavra e, em relação à parte operacional do Parque Empresarial, questionou se a Câmara Municipal já estava a fazer o pagamento e expropriação dos terrenos; em que ponto estava; se tinha conhecimento de que tinha havido uma abertura, num dos terrenos, relativamente à situação em causa; se já os podia informar a que tipo de empresas, se já estavam lá fundamentadas; e se era verdade que ia ser instalado lá um aviário.

----- O Presidente da Câmara Municipal respondeu que não estavam a ser efetuadas expropriações, mas sim contratos de compra e venda, ou seja, a posição da

Câmara Municipal não era a da expropriação, mas sim a de chegar a acordo com os proprietários. Relativamente às empresas, disse que tinham sete empresas já com lotes reservados, uma das quais era a Açoraves mas o investimento não era com a finalidade de aviário, mas sim um investimento com uma sustentabilidade ao nível ecológico, do bem-estar dos animais, etc. Informou que estavam salvaguardadas todas as questões relativas a impactos colaterais sobre a matéria e disse que a Açoraves era a que estava a avançar mais depressa porque tinha uma candidatura, aprovada, ao PRORURAL. Disse que já estavam a corrigir uma situação detetada, que tinha que ver com áreas, pelo que iam fazer uma escritura de urgência. Informou que estavam a ter problemas na feitura de expropriações e afins, porque no registo as áreas não correspondiam aos prédios identificados pelas pessoas, o que estava a atrasar o processo.

----- **Submetido à votação, as revisões, foram aprovadas por maioria com dezassete votos a favor do PS e treze abstenções, doze do PSD e uma do CDS-PP.** -----

----- **11. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO PARA 2018.** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto.

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **12. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA – MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA.** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** pediu autorização para apresentar os pontos doze e treze em simultâneo, o que foi aceite.

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que, estavam perante uma opção estratégica da Câmara Municipal de promover um conjunto de alterações. Informou que, na opinião daquela bancada, os fundamentos que levavam às referidas alterações, nomeadamente uma aposta clara e afirmativa ao nível das relações externas, fazia sentido, no entanto, entendiam que tudo aquilo poderia ser alcançado sem ser com mais uma divisão, com mais cargos, com mais custos para o município, tendo em conta a situação em que o mesmo vivia, em termos financeiros, e que poderia ser feito no âmbito do gabinete da presidência, tal como já estava a acontecer. Posto isso, disse que era naquela perspetiva que o PSD se ia abster no ponto em causa.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a Câmara Municipal da Praia da Vitória podia ter até seis divisões, sendo que estavam a falar de apenas uma nova e que achava que era estratégica para aquilo que a Praia da Vitória tinha por desafios e também numa questão distinta, ou seja, não era uma situação de representação, não era isso que estava em causa, mas sim o trabalho técnico que era necessário ser feito, pelo que entendiam que deveria ser feito do ponto de vista técnico e não do ponto de vista político em sede do gabinete da presidência. Acrescentou ser um ativo para a Câmara Municipal, um trabalho técnico bastante importante.

----- Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor do PS e treze abstenções, doze do PSD e uma do CDS-PP.-----

----- **13. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOTA JUSTIFICATIVA REFERENTE À ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2018, DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 29º DA LEI N° 35/2014, DE 20 DE JUNHO.** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. -----

----- Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor do PS e treze abstenções, doze do PSD e uma do CDS-PP.-----

----- **14. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO – PROGRAMA DE INCENTIVOS E PROMOÇÃO DE CONTROLO DA REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE DETENTORES DE DETENTORES RESIDENTES NO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- O Presidente da Câmara Municipal fez uma explanação do ponto. -----

----- O Deputado Pedro Pinto usou da palavra e disse que se perguntava se combater um exagero, aquela medida não seria também um pouco exagerada. Disse que se o objetivo era fazer um controlo, ao limitar o apoio a um animal de três em três anos, não seria um pouco exagerado e não iria contra os objetivos a que se propunha. Questionou se os critérios de seleção, com base nos rendimentos, abrangeriam, pelo menos, a maioria dos residentes no concelho. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal respondeu que os critérios, no canil, mantinham-se. Relativamente aos rendimentos, disse que não e que isso também se tinha detetado devido a outro exagero que estava a acontecer, ou seja, tudo o que se fazia, ao nível da esterilização e desparasitação, estava a ser suportado pelo orçamento municipal, o que não fazia sentido. Referiu que, para a esmagadora maioria seria salvaguardado. De seguida, referiu uma situação, muitas vezes levantada pelos Srs. Presidentes de Junta, ou seja, as condições em que os animais estavam, pelo que se for alguém que no passado tivesse tido problemas com a forma como tinha os animais na sua habitação ou no reduto da mesma, também ficava pendente de aprovação. Em relação aos três anos, disse que era para tentar que houvesse uma regra mínima, até porque também, por habitação, no Código de Posturas já havia limites e para tentar que a adoção fosse no centro de recolha, saindo, de lá, já com a esterilização e respetiva desparasitação. -----

----- Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **15. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA.** -----

----- O Presidente da Câmara Municipal fez uma explanação do ponto. -----

----- **A Deputada Joana Ribeiro** interveio e leu um documento que faz parte integrante da presente ata. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **16. APRESENTAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL E A CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA RELATIVO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO BAIRRO DE SANTA RITA.** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** questionou se a Praia Ambiente estava em condições de cumprir, sem atrasos, os dois anos para a execução da obra, indicados no Protocolo. --

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que achava que o Protocolo falava em dois anos, mais um, para o caso de haver algum atraso. De seguida, informou que, até à data, estavam a cumprir todos os prazos internamente definidos, ou seja, estava em fase de adjudicação, pelo que muito em breve avançariam com as obras. Disse que, nos dois anos mencionados, já havia uma margem de cerca de três meses para o caso de haver algum atraso e disse que a preocupação residia naquilo que o Deputado Pedro Pinto tinha frisado, porque o objetivo do Protocolo era ser só dois anos, sendo que depois é que tinham exigido mais um ano para o caso de haver algum atraso, devido ao investimento em causa, não só pela sua grandeza – dois milhões, mas pela sua complexidade técnica. Informou que tinham recorrido a grandes entidades nacionais para ajudarem no projeto, porque era um projeto de enorme complexidade técnica, uma vez que era uma enorme quantidade de água que tinha que subir toda a escarpa de Santa Rita. Informou que iriam ter a obra pronta, sendo que o receio era o seu funcionamento, ou seja, não queriam, de forma alguma, que se gastasse o dinheiro e, depois, ficasse sem funcionar, pelo que tinham que salvaguardar essa situação, daí terem pedido mais um ano, ficando dois mais um, sendo que os dois anos já tinham três meses de compensação. Acrescentou que, ao longo das próximas assembleias municipais ia dando nota, no Relatório de Atividade, de como é que estava a ser o cumprimento de prazos, de forma a irem agilizando algum ajuste necessário ao Protocolo. -----

----- **O Deputado Bruno Nogueira** interveio e disse que era com agrado que viam, finalmente, aquele Protocolo ser celebrado, até porque quando tinham surgido as notícias maliciosas e perigosas, tinha havido um problema grande, ou seja, como é que se deixava que vários municípios estivessem a ser abastecidos por água que não tinha qualquer tipo de controlo ou que ninguém tinha tentado ter algum tipo de controlo, pelo que aquela era uma medida bastante importante. No entanto, disse achar que o Protocolo em causa ia resolver uma das questões que lhe parecia ser, também, chave e tinha lido o Protocolo, mas não tinha encontrada nada que garantisse que os norte-americanos iam providenciar as análises feitas à água, sendo que era importante garantir, mesmo que não fosse no âmbito do Protocolo, que os testes ao serem efetuados, fossem providenciados por via da Força Aérea Portuguesa, Ministério da Defesa à Câmara e que fossem, também, publicitados no site da mesma, tal como os testes feitos pela Praia Ambiente.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente às análises e pedindo desculpas pela modéstia, não precisavam das mesmas, porque o corpo técnico da Praia Ambiente, naquele momento, era dos mais preparados naquela perspetiva, pelo que fariam o controlo da qualidade da água de acordo com as recomendações do Lnec, bem como todo o parâmetro científico, de acordo com a lei do abastecimento público, humano e civil, porque se fossem análises de outra entidade respondiam a outros parâmetros. Disse que iam fazer de acordo com os parâmetros gerais da lei de abastecimento público, mas os recomendados pelo Lnec, que eram bastante exigentes.-----

----- **O Deputado Bruno Nogueira** retomou a palavra e colocou duas questões: -----

----- 1^a Questão – como vinha sendo feito, ou seja, se estava a Praia a Ambiente a fazer essas análises e esclareceu que estava a falar na rede de abastecimento norte-americana, pois parecia-lhe complicado uma vez que tinham testes com valores bastante díspares; -----

----- 2^a Questão – se o Sr. Presidente estava a falar em fazer os testes mesmo na rede norte-americana e se estava garantido o acesso à mesma. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** questionou sobre quais os testes que o Deputado Bruno se estava a referir. -----

----- **O Deputado Bruno Nogueira** respondeu que estava a falar nos testes de qualidade de água, para consumo, que estava protocolado que seria feito o abastecimento pela rede norte-americana. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** certificou-se de que estavam a falar da rede americana que chegava a Santa Rita, sendo que o resto da rede interna da Base, naturalmente, não conseguiam entrar e fazer o conjunto de análises. Prosseguiu dizendo que, como já havia frisado na apresentação do Protocolo, mesmo antes desse, tinha havido a necessidade de se proceder à manutenção e reparação da rede, sendo que com o Protocolo passava a haver a formalidade de garantir essa questão. Quanto aos valores díspares, disse que bastava perceber o quadro de análises daquela notícia, faziam a pesquisa ao lado no Google e, aí, perceberiam do que estavam a falar. -----

----- **A Deputada Joana Ribeiro** interveio e disse que gostaria de fazer uma proposta, em nome pessoal, que como voto de confiança à qualidade das águas, todo e qualquer ato oficial em que interviesse a Câmara Municipal da Praia da Vitória, pudesse disponibilizar água da rede, ao invés de água engarrafada. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a recomendação estava aceite e informou que já haviam começado a implementar o mesmo, não tendo, ainda, chegado a todos os lugares, sendo que o primeiro momento em que a tinham implementado tinha sido, precisamente, no dia da assinatura do Protocolo. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:** -----

----- Tendo a Câmara invoked urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e

sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse que, em nome do grupo parlamentar do PS na Assembleia Municipal da Praia da Vitória, queria elogiar a forma como a Deputada Fátima Homem havia conduzido o bom trabalho da Assembleia e desejar que um dia pudesse voltar. -----

----- Terminados os trabalhos, eram treze horas e quarenta, e não havendo mais nada a tratar, a **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da segunda sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pela Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.-----

Ass: _____

Ass: _____

①



WDS
29/11/18
GJ

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Baía da Praia da Vitória foi palco, no passado mês de novembro, do Campeonato Mundial de Windsurf RSX Convertible. Tratou-se da primeira vez que o Concelho da Praia da Vitória acolheu um campeonato internacional nesta modalidade específica.

Este campeonato distingue-se pelo apêndice colocado nas pranchas, permitindo alcançar grandes velocidades mesmo fora de água. Numa competição com participantes de diversas nacionalidades, o Clube Naval da Praia da Vitória foi, uma vez mais, um parceiro indissociável na organização de mais um evento internacional.

A valorização da Baía da Praia da Vitória para a realização de atividades náuticas, aliada às condições de excelência que proporciona, tem permitido nos últimos anos a realização no Concelho da Praia da Vitória de diversos eventos desportivos internacionais e de vários campeonatos mundiais de Windsurf.

A realização deste campeonato na Praia da Vitória é demonstrativa das qualidades da baía desta cidade, que reúne condições de excelência para a prática de desportos náuticos. O Concelho praiense volta estar na rota do windsurf mundial, consolidando as suas potencialidades desportivas e turísticas, com impacto para o desenvolvimento económico e social da Praia da Vitória.

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em Sessão Ordinária, no dia 19 de dezembro de 2017, emite o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Municipal da Praia da Vitória congratula o Clube Naval da Praia da Vitória e a Câmara Municipal da Praia da Vitória pela realização do Campeonato Mundial de Windsurf RSX Convertible.”

Do presente voto seja dado conhecimento ao Clube Naval da Praia da Vitória e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 19 de dezembro 2017

Os Membros da Assembleia Municipal

*Henrique Viana
Vitoria R. L. C.
José António N. C. G.*

B. - 1.

2



27/02/18
AH

VOTO DE RECOMENDAÇÃO

A Ilha Terceira tem vindo a consolidar-se como destino turístico para navios de cruzeiro.

Entre 2015 e este ano, registou-se um aumento de cerca de 40 por cento no número de escalas no porto da Praia da Vitória, com mais de 50 mil turistas a chegaram à Ilha através de navios de cruzeiro, sendo esse mesmo valor expectável este ano, conforme as previsões de escalas anunciadas publicamente.

Torna-se portanto evidente que este porto já merece a atenção dos cruzeiros, fruto, certamente, do cuidado, hospitalidade e empenho das autoridades e dos operadores locais. Mas também – acreditamos – das condições de operacionalidade que aqui encontram.

Na Conferência do Mar, organizada pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo a 26 de janeiro, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, na Praia da Vitória, estas evidências voltaram a ser realçadas, merecendo apoio unânime.

Aliás, é de sublinhar o facto de, nesse encontro, as Câmaras Municipais da Praia da Vitória, de Angra do Heroísmo e a Câmara do Comércio terem manifestado publicamente o seu apoio à instalação de um cais de cruzeiros na Praia da Vitória, reconhecendo no Concelho a capacidade e adequação para este projeto.

Assim, considerando a unanimidade no apoio à instalação do cais de cruzeiros da Ilha Terceira na Praia da Vitória, torna-se agora imperativo passar das palavras aos atos.

Nesse âmbito, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Recomendação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória recomenda ao Governo Regional dos Açores que desenvolva todos os esforços e diligências conducentes à instalação de um cais de cruzeiros na Praia da Vitória, dotado a Ilha Terceira das condições adequadas para a receção deste tipo de navios, contribuindo, dessa forma, para o incremento e contínuo desenvolvimento do setor turístico local, cuja dinâmica de crescimento tem vindo a ser uma enorme alavanca económica para a Ilha.

Que o presente Voto de Recomendação seja dado a conhecer ao Presidente do Governo Regional dos Açores.

Praia da Vitória, 23 de fevereiro de 2018

Os Membros da Assembleia Municipal

Recomendação

Considerando que as Juntas de Freguesia são um importante parceiro da Câmaras Municipais no apoio às populações.

Considerando que os recursos financeiros das Juntas Freguesia são escassos.

Considerando que foi aprovado, na reunião desta Assembleia realizada no dia 19 de Dezembro de 2017, o “Regulamento Municipal de Apoio às Juntas de Freguesia do Concelho da Praia da Vitória”.

Considerando que nº 1 do Artigo 4º do referido regulamento estão previstos apoios de natureza financeira. Nomeadamente, comparticipação do IVA referente a projetos aprovados no âmbito dos programas dos Fundos Estruturais, obras de requalificação nos cemitérios das freguesias e outros projetos focalizados na gestão de riscos e salvaguarda das populações e do património classificado das freguesias.

Considerando que o referido regulamento é omisso no prazo para pagamento dos apoios que venham a ser atribuídos.

O Grupo Municipal do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e legais aplicáveis, apresenta a seguinte recomendação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória recomenda à Câmara Municipal da Praia da Vitória que os apoios, previstos no nº 1 do Artigo 4º do Regulamento Municipal de Apoio às Juntas de Freguesia do Concelho da Praia da Vitória, sejam pagos no prazo máximo de 30 dias após a entrega, por parte da Juntas de Freguesia, da documentação solicitada pela Câmara Municipal.

Praia da Vitória, 23 de Fevereiro de 2017.

30 DIAS APÓS A DEVIDA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

O Grupo Municipal do PSD


Branco
Azevedo
Silva
Menezes

lido a
27 Abril 18
GA

VOTO DE RECOMENDAÇÃO

Todos os mecanismos que reforcem a ligação do poder local aos cidadãos, promovam o conhecimento e a participação ativa da sociedade civil nas decisões, contribui de forma decisiva para a consolidação da nossa democracia.

O Índice de Transparência Municipal foi criado com o objetivo de ser uma ferramenta de capacitação dos cidadãos, promovendo um maior envolvimento na vida autárquica e uma valorização da democracia local. O Índice de Transparência Municipal está ao serviço da sociedade desde 2013, relatando anualmente o grau de informação que o Poder Local disponibiliza a todos os cidadãos, através de uma análise da informação disponibilizada nos websites das Câmaras Municipais.

A elaboração do Índice de Transparência Municipal consiste na análise dos websites de todos os municípios portugueses, avaliando a informação disponível e estabelecendo um ranking com os resultados obtidos, assente em pressupostos académicos e não legislativos.

A Câmara Municipal da Praia da Vitória tem dado a melhor resposta à crescente exigência dos cidadãos em relação aos níveis de rigor e de ética para com os eleitos locais. A adaptação a novos canais e meios de comunicação, com recurso a novas tecnologias irá possibilitar a criação de um novo espaço na internet, que permite melhorar a comunicação com os cidadãos e renovar o site do Município, num reforço da transparência e participação da sociedade civil.

Melhoria dos resultados do Índice de Transparência Municipal em 2017 ao nível do ranking regional e nacional, comparativamente, com os resultados em 2016, são reflexo das alterações já efetuadas, do rigor e da transparência que têm pautado a atuação da Câmara Municipal.

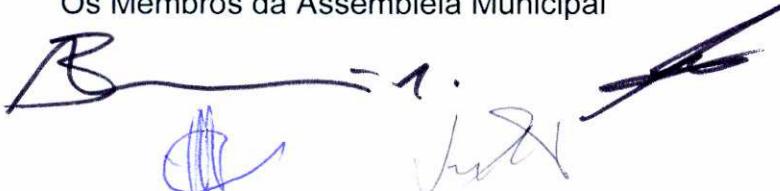
A transparência é uma prioridade que sempre norteou a atuação da governação socialista no Poder Local. A participação ativa e informada dos cidadãos é um aspeto fulcral para o desenvolvimento de qualquer democracia, valorizando a relação entre estes e o Poder Local. A Praia da Vitória deve repercutir o reforço constante da participação e envolvência social.

Nesse âmbito, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Recomendação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória recomenda à Câmara Municipal que diligencie os esforços necessários à implementação das medidas que concretizem os critérios definidos pelo Índice de Transparência Municipal.”

Que o presente Voto de Recomendação seja dado a conhecer à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 27 de abril de 2018
Os Membros da Assembleia Municipal





Voto de Pesar

António Neves Diniz Ribeiro nasceu a 7 de Novembro de 1946, na Praia da Vitória a que dedicou grande parte da sua vida, onde veio a falecer a 4 de Março de 2018.

Depois de iniciar os seus estudos na Casa da Ribeira do seu nascimento e, posteriormente, em Santa Cruz, foi admitido no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, sito no convento de São Francisco, em 1959.

No ano de 1966, entrou para o Curso do Magistério Primário em Angra do Heroísmo que terminou com sucesso, indo exercer o seu magistério na Escola Primária de Santa Luzia da Praia da Vitória.

Após cumprir o Serviço Militar obrigatório, em 1968, nas Caldas da Rainha, como furriel, onde fez formação para Enfermeiro, foi colocado no Hospital Militar de Coimbra, cidade onde concluiu o sexto e o sétimo anos do Ensino Secundário, apresentando-se, em 1972, a exame de admissão à Universidade de Coimbra.

Após o Serviço Militar, exerceu, ainda, a actividade de professor primário nos arredores de Coimbra.

Licenciou-se em Direito a 25 de Julho de 1977 pela Faculdade de Direito de Coimbra.

Em 1977, regressa aos Açores e lecciona na Escola Comercial e Industrial de Angra do Heroísmo.

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 5 de Dezembro de 1978 é nomeado Subdelegado na Comarca de Praia da Vitória e, no ano seguinte, dá aulas de Introdução à Política no Liceu de Angra do Heroísmo, passando, mais tarde, a exercer funções de Notário Interino do Cartório Notarial da Praia da Vitória.

Sempre na busca de progredir na sua carreira e afirmar a sua vocação, faz o estágio no Registo Predial e Civil, tendo-se submetido a Exame para Conservador/Notário com êxito em 1981, exercendo, entretanto, funções como Técnico na Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Em janeiro de 1982, passou a desempenhar o cargo de Notário no 2º Cartório de Angra de Heroísmo e, em 1983, exerce essas funções de Notário, mas interino, no Cartório de Praia da Vitória, sendo nomeado Conservador do Registo Predial de Praia da Vitória em junho de 1985 até 11 de julho de 2003, altura em que foi aposentado.

Para além de toda esta brilhante e preenchida carreira profissional, o Dr. Neves Ribeiro, foi, pontualmente, Juiz Substituto e integrou, em diversas ocasiões, o Colectivo de Juízes da Comarca da Praia da Vitória.

Após a aposentação da sua actividade pública e revelando a sua humildade e permanente vontade de trabalhar e se ocupar de forma útil, em 2004, inicia o estágio de Advocacia em Ponta Delgada, findo o qual passou a exercer advocacia na ilha Terceira até à fase terminal da sua doença.

A força, dedicação e espírito cívico do Dr. Neves Ribeiro manifestou-se, ainda, de forma intensa, nas diversas actividades em que se envolveu na comunidade em que viveu, sendo membro do Clube Rotário da Praia da Vitória, Presidente da Assembleia Geral e da Direcção do seu Sport Clube Praiense, ao qual a vizinhança física o aproximava do seu amor ao clube, para além de ter presidido à Comissão que concretizou a execução e implantação do Monumento ao Sagrado Coração de Maria, na Serra do Facho.

O Dr. Neves Ribeiro era um amigo do seu amigo, um homem generoso, profissional empenhado e dedicado cidadão deste concelho.

Pelo que foi a sua vida e pelo contributo profissional e cívico para o desenvolvimento da Praia da Vitória, é devido um justo e elevado reconhecimento público pela memória de António Neves Ribeiro.

O Grupo Municipal do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e legais aplicáveis, apresenta o seguinte Voto de Pesar:

Assembleia Municipal da Praia da Vitória

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de António Neves Ribeiro, pelo que foi a sua vida e pelo contributo profissional e cívico para o desenvolvimento da nossa terra.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento à família enlutada.

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Praia da Vitória, 27 de Abril de 2018.

O Grupo Municipal do PSD



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'C' at the top, followed by the name 'Oscar' and 'Dias Neves' written vertically, then 'Almeida' and 'Azevedo' written vertically, and finally 'Branco' at the bottom.

(6)



Lílás
27 Abril 18
FH

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Fundado a 18 de março de 1993, o Centro de Convívio de São Brás, celebra, este ano, 25 anos de existência.

A comemoração das Bodas de Prata do Centro de Convívio, desta freguesia do concelho da Praia da Vitória, é o reflexo do companheirismo e da resposta solidária, que tem sido dada aos idosos de São Brás. A capacidade de promover a inclusão e valorização dos idosos na freguesia e no Concelho tem norteado a atuação deste Centro de Convívio ao longo de mais de duas décadas.

Muitos são os idosos da freguesia de São Brás que participam nas diversas iniciativas promovidas pelo seu Centro de Convívio, das quais se destaca a dança de carnaval, num importante contributo ao Carnaval Sénior da Ilha Terceira. O convívio social na terceira idade potencia a concretização de iniciativas de sucesso que, assentes num espírito de solidariedade, partilham entre si valores como amizade, alegria, e até a saudade.

Os Centros de Convívio desempenham um papel fundamental na nossa comunidade, especialmente na Praia da Vitória. Assumem-se como uma resposta da comunidade aos que, numa idade mais avançada, necessitam que a sociedade se congregue para combater a solidão, e promover momentos de convívio e alegria. Mais, é uma resposta social organizada por homens e mulheres que trabalham de forma voluntária. Traduzem a importância atribuída pelo concelho da Praia da Vitória à necessidade de valorizar os idosos, promover o respeito pela sua dignidade e inclusão social.

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, emite o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Municipal da Praia da Vitória congratula-se com o 25º aniversário de atividade do Centro de Convívio de São Brás”.

Do presente voto seja dado conhecimento ao Centro de Convívio de São Brás, aos seus colaboradores e utentes.

Praia da Vitória, 27 de abril de 2018

Os Membros da Assembleia Municipal

lido a
27/02/18
AA

RECOMENDAÇÃO

A exiguidade de recursos humanos e financeiros das Juntas de Freguesia, em geral, e da Praia da Vitória, em particular, constitui uma das principais dificuldades do exercício dos respectivos mandatos e do contributo que possa ser dado para o desenvolvimento das comunidades.

A utilização de recursos humanos no âmbito de Programas de Inserção Sócioprofissional, vulgarmente designados "Programas Ocupacionais" pelo Município da Praia da Vitória, para além dos benefícios inequívocos para os respectivos utilizadores, tem sido benéfica para o interesse público, nomeadamente, a actividade municipal.

A este nível, a Câmara Municipal da Praia da Vitória tem adoptado a meritória postura de encaminhar parte desses recursos para as freguesias do concelho.

Porém, tal medida acaba por gerar situações de injustiça e desigualdade com a existência de números substancialmente diferentes de tais recursos humanos a exercer as suas funções nas diferentes freguesias do concelho.

Urge, assim, equilibrar a distribuição de recursos humanos pela Câmara Municipal da Praia da Vitória às Juntas de Freguesia do Concelho, no âmbito de Programas de Inserção Sócioprofissional, de acordo com critérios claros, objectivos e neutros que tenha em conta a dimensão de cada uma delas em termos físicos e populacionais.

O Grupo Municipal do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e legais aplicáveis, apresenta a seguinte recomendação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória recomenda à Câmara Municipal da Praia da Vitória a reapreciação e distribuição de recursos humanos pela Câmara Municipal da Praia da Vitória às Juntas de Freguesia do Concelho, no âmbito de Programas de Inserção Sócioprofissional, de acordo com critérios claros, objectivos e neutros que tenha em conta a dimensão de cada uma delas em termos físicos e populacionais e que a concretização de tal reapreciação e distribuição produza os seus efeitos no prazo máximo de 60 dias.

Praia da Vitória, 23 de Fevereiro de 2018.

O Grupo Municipal do PSD

[Handwritten signatures and initials of PSD members, including 'C. Soeiro', 'M. Malujo', 'B. Lopes', 'A. P. P. P.', and 'S. Salvador']



68
Lis
27 Abril 2018
[Signature]

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A participação da Escola Profissional da Praia da Vitória no Campeonato Nacional das Profissões – Skills Portugal 2018, que decorreu em Beja, foi coroada com o reconhecimento de dois alunos nos lugares do pódio. Ana Filipa Coelho ganhou a medalha de ouro no concurso de cozinha e Leandro Correia trouxe consigo a medalha de prata na prova de mesa/bar. Ambos os alunos já haviam conquistado os títulos de campeões regionais das profissões, nas respetivas categorias.

Pela primeira vez os Açores conquistaram uma medalha de ouro em cozinha no Campeonato Nacional das Profissões. Com um menu que permitiu a conquista do título de campeã nacional, a jovem terceirense apostou em combinações de sabores e técnicas da cozinha internacional que convenceram o exigente júri nacional, num concurso onde estiveram as mais consagradas escolas de hotelaria do país.

Quanto à participação de Leandro Correia, por pouco não conquistou a medalha de ouro no muito disputado concurso de mesa/bar. O reconhecimento da qualidade do aluno foi contemplada com a realização de um estágio numa prestigiada unidade hoteleira nacional.

A capacidade demonstrada pelos alunos para conseguirem atingir um nível de excelência naquilo que fazem e estarem ao nível dos melhores, são exemplo da dedicação e qualidade do ensino profissional na Praia da Vitória. Com uma oferta formativa com elevado enfoque nas áreas da hotelaria e restauração, a Escola Profissional da Praia da Vitória tem consolidado o seu contributo para qualidade de ensino profissional e valorização dos alunos na Praia da Vitória.

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em Sessão Ordinária, no dia 27 de Abril de 2018, emite o seguinte voto de congratulação: **“A Assembleia Municipal da Praia da Vitória congratula Ana Filipa Coelho pela conquista da medalha de ouro e Leandro Correia pela conquista da medalha de prata no Campeonato Nacional das Profissões – Skills Portugal 2018.”**

Que do presente voto seja dado conhecimento aos alunos e à Escola Profissional da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 27 de Abril de 2018

Os Membros da Assembleia Municipal

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Campeonato Nacional das Profissões – Alentejo 2018

“Os campeonatos de profissões são competições dirigidas a jovens entre os 17 e os 25 anos, que concluíram ou se encontram a frequentar um percurso de qualificação, em modalidades de educação e formação profissional, e visam demonstrar o nível individual de competências, rigor e domínio de técnicas e de ferramentas para o exercício de cada profissão a concurso, através da realização de provas práticas de desempenho avaliadas segundo critérios exigentes e de acordo com prescrições técnicas estabelecidas internacionalmente por júris compostos de peritos altamente qualificados. Com eles visa-se aferir a eficácia da formação profissional ministrada pelos diferentes operadores, e, simultaneamente, induzir fatores de crescente qualidade, inovação e criatividade nos processos de ensino-aprendizagem.”

Foi neste enquadramento que os jovens açorianos participaram no Skills Portugal 2018 que decorreu na cidade de Beja, com 40 profissões a concurso, mais de 350 concorrentes e 300 jurados e outros técnicos e formadores.

Ana Filipa Carolas Coelho, da Escola Profissional da Praia da Vitória, ganhou a medalha de ouro no concurso de cozinha.

E Leandro Manuel Machado Correia, da Escola Profissional da Praia da Vitória, obteve o 2.º lugar em Serviço de Mesa e Bar.

Estes resultados revelam a excelência das capacidades dos jovens açorianos e o trabalho das escolas profissionais da região.

Estas medalhas são para estes jovens estímulos positivos para “abrir portas”, construir sonhos e fortalecer o sentido de empreendedorismo. Constituem também excelentes contributos para estimular outros jovens para a obtenção de uma qualificação profissional bem como para valorizar o estatuto social das profissões e da formação profissional, favorecendo o reconhecimento das vias profissionalizantes como alternativas de sucesso para a inserção na vida ativa.

Assim, o Grupo Municipal do PSD, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um voto de congratulação aos alunos medalhados do Campeonato Nacional de Profissões.

Que do presente voto se dê conhecimento aos alunos medalhados e à Escola Profissional da Praia da Vitória.

Os deputados municipais



10



Lid
27 Abril 18
fj

VOTO DE CONGRATULIZAÇÃO

O Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal foi fundado em 2002, dedicando-se à modalidade de ténis de mesa. Desde então ininterruptamente tem obtido êxitos a nível Regional, nacional e internacional.

A conquista dos títulos de campeões nacionais de iniciados femininos equipas, de campeões nacionais de cadetes masculinos equipas, e de vice-campeões nacionais de Sub-21 equipas femininos são reflexo dos êxitos alcançados.

É com enorme satisfação que os Praienses em particular, e os Açorianos em geral, se orgulham do trabalho desenvolvido por esta coletividade que tem conseguido manter um patamar competitivo ao mais alto nível e ao longo dos anos.

É de realçar a aposta na formação, a qual vem produzindo frutos, assentes numa linha orientadora que faz acreditar que os jovens açorianos, tem potencialidades e podem competir ao mais alto nível desde que haja uma aposta nestes, dando-lhes as condições necessárias à valorização do desporto.

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em Sessão Ordinária, no dia 27 de Abril de 2018, emite o seguinte voto de congratulação:

"A Assembleia Municipal da Praia da Vitória congratula o Grupo Desportivo do Centro social do juncal pelos resultados Desportivos obtidos na modalidade de Ténis de Mesa."

Que o presente voto seja dado conhecimento à direção do Clube Naval da Praia da Vitória, aos atletas e à Junta de Freguesia de Santa Cruz.

Praia da Vitória, 27 de Abril de 2018

Os Membros da Assembleia Municipal

11



Údor
27 Abril 18
FH

Grupo Municipal do PSD

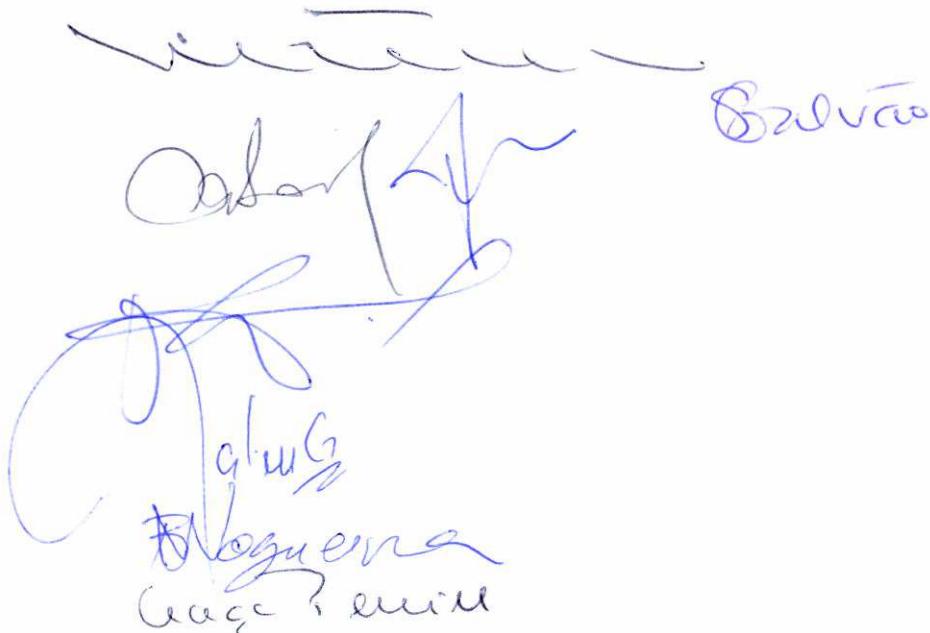
Voto de Pesar

No passado dia 19 de dezembro de 2018 faleceu o Sr. Antero Borges Costa, natural de Santa Cruz. Foi presidente da Junta de Freguesia e da Casa do Povo da mesma localidade, cargos que desempenhou com elevada dedicação e humildade. O Sr. Antero Borges Costa também será recordado como um respeitado empresário do comércio local da Praia da Vitória.

O Grupo Municipal do PSD lamenta profundamente a sua partida, e propõe a esta Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antero Borges Costa, o qual deverá ser comunicado à sua família.

Praia da Vitória, 27 de abril de 2018

Os proponentes,


Vítor
Odete
Glória
Menezes
Salvão

12



Lido
27/04/18
AF

VOTO DE PESAR

Antero Borges da Costa, natural e residente na freguesia de Santa Cruz, nascido a 26 de novembro de 1935, foi presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz no mandado de 1983 a 1985.

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária de 27 de abril de 2018, expressa os seus sentimentos pelo falecimento de Antero Borges da Costa, falecido no passado dia 19 de dezembro de 2017.

Pelo seu contributo à causa pública e ao associativismo da freguesia de Santa Cruz, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária, do dia 27 de abril de 2018, emite o seguinte voto de pesar:

“A Assembleia Municipal da Praia da Vitória lamenta a perda de Antero Borges da Costa, expressando as suas sinceras condolências”.

Do presente voto, seja dado conhecimento à respetiva família e à Junta de Freguesia de Santa Cruz.

Praia da Vitória, 27 de abril de 2018

Os membros da Assembleia Municipal

VOTO DE LOUVOR

Organização do XI Torneio do Ramo Grande Azores Cup

Entre os dias 29 de Março a 1 de abril de 2018 decorreu a XI edição do Torneio Ramo Grande Azores Cup organizado pelo Juventude Desportiva Lajense.

Na edição deste ano estiveram presentes 25 clubes nos escalões de Sub-11 e Sub-13, salientando a presença do Sport Lisboa e Benfica, uma equipa do Canadá (Sporting de Toronto), uma dos Estados Unidos da América (Tri-Town) e de Itália (Montecchio Maggiore), o que demonstra a evolução crescente do torneio.

Várias culturas presentes, desde a açoriana à norte-americana, italiana e canadiana, onde o fair-play foi sempre o elo de ligação que uniu todos.

Durante quatro dias, o futebol terceirense foi dominado pelo Azores Cup, que decorreu no Campo Manuel Linhares de Lima onde milhares de pessoas ocorreram a uma referência no contexto do futebol jovem açoriano e mesmo nacional.

O Ramo Grande Azores Cup é, reconhecidamente, uma iniciativa de enorme visibilidade, que abrange um número significativo de participantes. Para além da componente desportiva, a vertente social e promocional tem ocupado sempre um lugar de destaque.

Com mais parcerias, a manutenção da aposta na internacionalização, o continuo aperfeiçoamento da organização e o saber acolher, o Juventude Desportiva Lajense tem consolidado um projeto formativo de excelência concretizado pelo clube, que tem vindo a solidificar-se nos últimos anos, com resultados credíveis, quer na componente de formação desportiva quer na componente competitiva.

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe um voto de louvor à instituição Juventude Desportiva Lajense, pela organização da XI edição do Torneio do Ramo Grande Azores Cup que mais uma vez elevou o nome da Praia da Vitória a nível regional, nacional e internacional.

Os deputados municipais

Bruno Bizar Feijó Viegas

Salvão

Caetano

Almeida

Orsafim

14



Lidão
27 Abril '18
PF

VOTO DE PESAR

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária de 27 de abril de 2018, expressa os seus sentimentos pelo falecimento de Adelino Crisólogo Amaral, falecido no passado dia 12 de março de 2018.

Fundador da empresa Padaria Lajense, na Vila das Lajes, pioneira no setor empresarial da então freguesia e hoje Vila, e que continua a ser um importante pilar económico do concelho da Praia da Vitória.

Natural da Urzelina, na Ilha de São Jorge, foi presidente de Junta da Freguesia na década de oitenta, num importante contributo à causa pública.

Pela sua colaboração e dedicação ao setor empresarial, social e associativo da Vila das Lajes, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária, do dia 27 de abril de 2018, emite o seguinte voto de pesar:

“A Assembleia Municipal da Praia da Vitória lamenta a perda de Adelino Amaral, expressando as suas sinceras condolências”.

Do presente voto, seja dado conhecimento à respetiva família, à Padaria Lajense e à Junta de Freguesia da Vila das Lajes.

Praia da Vitória, 27 de abril de 2018

Os membros da Assembleia Municipal

Verde e R
AC *AS*

B - 1.